

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

GARDÊNIA DIAS SANTOS

**A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS CONTOS
DE NÉLIDA PIÑON E LYGIA FAGUNDES TELLES**

Itabaiana (SE)

Maio/2016

GARDÊNIA DIAS SANTOS

**A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS CONTOS
DE NÉLIDA PIÑON E LYGIA FAGUNDES TELLES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Letras da Universidade
Federal de Sergipe como requisito final à
obtenção do título de graduado em Letras
Português.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Santos
Gomes

Itabaiana (SE)

Maio/2016

GARDÊNIA DIAS SANTOS

**A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS CONTOS
DE NÉLIDA PIÑON E LYGIA FAGUNDES TELLES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Letras da Universidade Federal
de Sergipe como requisito final à obtenção do
título de graduado em Letras Português.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Magno Santos Gomes
Universidade Federal de Sergipe
Orientador

Prof.^a Ma. Joseana Souza da Fonsêca
Secretaria do Estado de Educação de Sergipe
Membro

AGRADECIMENTOS

À minha família pela confiança e incentivo. Especialmente a minha mãe, meu exemplo de força e determinação.

Ao Prof. Carlos Magno Gomes, por mim acolher em sua pesquisa, pela paciência, orientação e por sempre exigir o melhor. Obrigada!

À Juliana pela amizade e parceria nestes anos de faculdade.

Às amigas de longa data, Fabiana Nunes e Vanderléia Maria, pelo apoio e compreensão por minha constante ausência.

Aos demais amigos que fizeram parte desta etapa de minha jornada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nacional

Santos, Gardênia Dias.

A Violência Simbólica nos contos de Nélida Piñon e Lygia Fagundes Telles
/Gardênia Dias Santos; orientador, Carlos Magno Santos Gomes. – 2016.
53 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe,
Campus Prof. Alberto Carvalho, Departamento de Letras de Itabaiana (DLI), Itabaiana,
2016.

1. Violência simbólica. 2. Mulher. 3. Feminismo. 4. Literatura Brasileira 1. I.
Santos, Gardênia Dias. II. Título.

CDD: B869

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo evidenciar como a violência de gênero se apresenta as personagens femininas dos contos “I Love My Husband” da coletânea *O calor das coisas* (1980), de Nélida Piñon, e do conto “O Espartilho”, da obra *A Estrutura da Bolha de Sabão* (1978), de Lygia Fagundes Telles. Procuramos identificar as normas do patriarcado impostas de forma cotidiana como mecanismos de violência simbólica contra a mulher. Destacamos o assédio moral e a rotina exaustiva do cotidiano da família como formas de disciplinar o corpo feminino. Para atingirmos este propósito, tomaremos por base o conceito de gênero atrelado aos estudos feministas, já que nossa análise está pautada na crítica literária de cunho feminista. Como aportes teóricos, faremos uso dos estudos antropológicos de Rita Laura Segato (1998; 2003) que faz um panorama das abordagens referentes à hierarquia dos gêneros e discorre como a violência simbólica é imposta como parte das normas sociais; bem como do sociólogo Pierre Bourdieu (1999) que salienta como a “dominação masculina” e o preconceito contra a mulher fazem partes das instituições como família, escola e igreja; e quanto aos estudos literários, seguimos as orientações de Elódia Xavier (2007), que destaca dez tipos de corpos femininos no imaginário da autoria feminina, com destaque para o corpo disciplinado. No primeiro capítulo, vamos abordar os processos de hierarquização dos gêneros tendo a violência como fator potencial para a manutenção da desigualdade; no segundo e no terceiro, observaremos nos textos literários como a violência de gênero repercute no convívio interpessoal das protagonistas dos contos selecionados.

Palavras- chave: Violência Simbólica; Mulher; Feminismo; Literatura Brasileira.

ABSTRACT

This work aims to show how gender violence is present with the female characters of the stories "I Love My Husband" from the collection *O calor das coisas* (1980), of Nelida Piñon and the short story "The Espartilho", from the work *A Estrutura da Bolha de Sabão* (1978), by Lygia Fagundes Telles. We try to identify the standards imposed by patriarchy daily as a way of a symbolic violence against women. We highlight bullying and the exhaustive routine of daily life in the family as a way to discipline the female body. To achieve this purpose, we will use as base the concept of gender linked to feminist studies, since our analysis is guided by feminist literary critics. As a theoretical framework, we will make use of the anthropological studies by Rita Laura Segato (1998, 2003), which is an overview that shows a panoramic view regarding gender hierarchy and discusses how symbolic violence is imposed as part of the rules; as well as of the sociological studies by Pierre Bourdieu (1999) who points out that the "male domination" and prejudice against women are part of institutions such as family, school and church; and with the literary studies, we followed the guidelines of Elódia Xavier (2007) which highlights ten kinds of female bodies in the minds of female authorship, especially the disciplined body. In the first chapter, we will address the hierarchy of processes of genres with violence as a potential factor for the maintenance of inequality; the second and third, we will observe in literary texts as gender violence affects the interpersonal interaction of the protagonists of the selected tales.

Key words: Violence Symbolic; Woman; Feminism; Brazilian literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
I-DOMINAÇÃO MASCULINA E ESTRUTURAS DA VIOLÊNCIA	15
1.1 - As hierarquias de gênero: táticas masculinas	15
1.2 - A violência e as desigualdades entre os gêneros	19
II- A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM "I LOVE MY HUSBAND"	25
2.1 - A família como fronteira	25
2.2 - A construção de uma Senhora	28
III- A MULHER E AS NORMAS PATRIARCAIS EM “O ESPARTILHO”	36
3.1 - Em oposição à disciplina de gênero.....	37
3.2 - O corpo como prisão.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

[...] mulher tem que ser só minha e nem mesmo dela. A ideia de que eu não podia pertencer-me, [...] provocou-me o primeiro sobressalto (PIÑON, 1997, p. 52).

[...] as mulheres do álbum estavam tão apavoradas quanto eu. A respiração curta. A expressão desconfiada na expectativa. [...] Jamais poderia interpelar aquela avó-rainha (TELLES, 1999, p.40).

A literatura de autoria feminina vem, ao longo do tempo, quebrando paradigmas referentes às representações hegemônicas das mulheres, cujas descrições anteriormente idealizadas correspondiam apenas à satisfação do imaginário e dos anseios masculinos. Essas mulheres que se propõem a falar de mulheres desvelam, por meio de sua escrita, os desejos femininos ao conceder as suas personagens o direito à fala, rompendo, assim, com séculos de silenciamento, além de questionar a opressão sofrida ou mesmo a contribuição delas para a perpetuação desta condição, explanada nos mais variados contextos: histórico, econômico e social. Neste sentido, o presente trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar como a violência de gênero, especificamente a simbólica, é representada na literatura com a prerrogativa de trazer reflexões críticas sobre a naturalização dos diversos tipos de assédios e agressões que reforçam o preconceito e a desigualdade de gênero.

Destarte, a literatura de autoria feminina nos é indispensável por conta da multiplicidade de representações femininas e a aptidão das escritoras para despir e denunciar como a violência de gênero acontece através do olhar do oprimido, exposto por meio dos pensamentos, ou mesmo ao introjetar nas suas heroínas o desejo e a capacidade de subverter a ordem patriarcal. Isso nos permite: averiguar a construção dos papéis sociais de homens e mulheres, por meio do conceito de gênero; observar a postura das representações femininas sob a influência da violência simbólica; apresentar a importância da Literatura em debater questões sociais e romper com a ideologia condizente ao machismo presente na sociedade.

O teor crítico destas produções literárias nos propicia um novo ponto de vista sobre as peculiaridades das relações de poder instauradas no âmbito social. Entretanto, vale frisar que este tipo de escrita está intimamente ligado às lutas do movimento feminista que vigoraram com maior visibilidade no Brasil nas décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970, possibilitando as mulheres escreverem sobre a condição de inferioridade a qual estavam sujeitas. Estas etapas do movimento feminista, dividido em quatro por Constância Duarte (2003), descrevem os percursos de lutas que conduziram as feministas e escritoras a adentrarem na quarta onda, na

década de 70. Esta onda denominada “revolução sexual e literária”, segundo a estudiosa, foi “o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal” (DUARTE, 2003, p.165).

No campo literário, aspirava-se a renovação dos padrões ficcionais de representatividade feminina nas obras, tendo início com Clarice Lispector na década anterior, cujo discurso introspectivo de suas mulheres abriu espaço para novas reflexões e críticas frente ao “mundo feminino”. Inúmeras escritoras, igualmente como Clarice e mesmo suas antecessoras, fizeram de seus textos e personagens um instrumento que induz seus leitores a repensarem seus valores, algumas delas são: Hilda Hilst, Lya Luft, Márcia Denser, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti e muitas outras. Esta consciência crítica presente na ficção destas autoras também se apresenta na escrita de Nélide Piñon e Lygia Fagundes Telles, cada uma com suas peculiaridades, não deixam de nos suscitar à reflexão. Diante disso, nos propomos a explanar as minúcias das violências simbólica e física suportadas e praticadas pelas mulheres fictícias de Piñon e Telles.

A jornalista, professora, ensaísta, cronista, romancista e contista Nélide Cuinãs Piñon¹ nasceu no Rio de Janeiro em 1937, descendente de galegos, apresentou desde a infância interesse pela escrita, escolhendo precocemente a profissão de escritora. Formada em jornalismo pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio, estreou na literatura com o romance *Guia- mapa de Gabriel Arcanjo* (1961). A trajetória da escritora é repleta de conquistas, dentre as quais está a nomeação, em 27 de julho de 1989, para a Academia Brasileira de Letras, sendo a quinta ocupante da cadeira número 30, na sucessão de Aurélio Buarque de Holanda, tornando-se mais tarde, (1996 - 1997), a primeira mulher a presidir a Academia em cem anos. Também tem várias de suas obras literárias reconhecidas nacional e internacionalmente, e alguns prêmios concedidos pela primeira vez a uma mulher ou autor (a) de língua portuguesa.

Quanto a sua escrita, essa transita por diversas temáticas, dentre as quais estão: a religião panteísta e a cristã, o amor vivido de acordo com os preceitos cristãos, a paixão, a solidão e a realização feminina. Vale salientar que sua criação literária é fortemente marcada

¹ As informações biográficas da autora Nélide Cuinãs Piñon, estão presentes no site da Academia Brasileira de Letras. Disponíveis em: <http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon/biografia>. Acesso em 12 de fev. 2016.

pelo resgate da memória coletiva, utilizada por ela de forma paródica, porém em uma perspectiva que reaviva e traz à cena o sujeito historicamente silenciado, ou seja, através de uma construção textual que visa a alteridade feminina que, imbuída de poder, passa a contestar o discurso masculino de verdade.

Lygia Fagundes Telles², por sua vez, nasceu na cidade de São Paulo em 1923, formada em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, cursou ainda na mesma instituição a Escola Superior de Educação Física. De acordo com o crítico literário Antônio Candido de Mello e Sousa, o romance *Ciranda de Pedra* (1954) marca a maturidade intelectual da escritora, cujas obras apresentam o engajamento e o comprometimento com a difícil condição humana no país; com o romance *As Meninas* (1973), a autora demonstra claramente a recusa à ditadura militar, fazendo parte, ainda em 1976, do grupo de intelectuais que foram entregar o *Manifesto dos Mil* em Brasília. Dentre as várias conquistas da escritora, foi eleita em 24 de outubro de 1985 à Cadeira de número 16 da Academia Brasileira de Letras, sendo a sucessora de Pedro Calmon e a quarta a ocupá-la. Além de ter diversas de suas obras reconhecidas e premiadas nacional e internacionalmente, também teve algumas de suas obras adaptadas para tv, teatro e cinema.

Em suas produções literárias, Lygia Fagundes Telles apresenta uma intensa carga dramática que lhe permite versar sobre assuntos como o cotidiano feminino, a experiência humana, as angústias do envelhecimento, o mal estar da inadequação no núcleo familiar, e a insegurança afetiva. Esses conflitos internos descritos com tamanha maestria provocam o fascínio e um “estalo” reflexivo nos leitores. A artimanha da sua obra encontra-se em retratar, muitas vezes, o comum ao mesmo tempo em que questiona o existencial, cuja criticidade invade os mais diversos campos da interação humana.

Piñon e Telles, por exibirem nas suas produções ficcionais uma aproximação com a realidade, favorecem nossa investigação quanto às relações de poder e a prática da violência de gênero presente no cerne do convívio interpessoal. Como uma forma de ampliar nossa visão sobre o problema da violência de gênero nas obras ficcionais, faremos uso da Literatura atrelada às áreas da Sociologia, Antropologia, Feminismo e dos Estudos de Gênero.

² As descrições biográficas de Lygia Fagundes Telles presente neste trabalho se encontram disponíveis em: <http://www.academia.org.br/academicos/lygia-fagundes-telles/biografia>. Acesso em 12 de fev. de 2016.

Nosso embasamento teórico tem como base o ponto de vista do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999) sobre a sociedade patriarcal, a partir do conceito de dominação simbólica, uma vez que a própria dominação acaba por se configurar num ato de violência que visa o encerramento dos sujeitos em conformidade com o pensamento masculino. Outra referência nesses estudos é a de Rita Laura Segato (1998; 2003), que aponta as estruturas elementares da violência contra a mulher como partes das tensões dos sistemas de *status* e de contrato sociais que aprisionam a mulher a espaços sombrios. No que concerne aos tipos de violência conferida às mulheres, nos interessa as de caráter interpessoal em suas manifestações simbólica, física e sexual. Os respectivos textos nos possibilitam ter uma visão estrutural dos fatores que conduzem a violência contra a mulher.

Traremos ainda as abordagens teóricas de Elódia Xavier (2007) quanto às classificações corpóreas em que a estudiosa caracteriza dez tipos de corpos, valendo-se das personagens femininas para destrinchar sua proposta, entretanto vamos nos ater a dois, o corpo disciplinado e o liberado, pois a conduta do corpo consiste na representação psíquica do sujeito. Como proposta educadora, explanaremos os estudos de Guacira Lopes Louro (2000), cujo método está atrelado ao conceito de gênero e visa desmistificar e desconstruir hábitos preconceituosos contra as mulheres nas sociedades conservadoras e patriarcais. E de literatura ligado ao conceito de gênero, faremos uso das abordagens de Carlos Gomes (2014) que enfatiza o ensino da literatura de autoria feminina voltada para as questões culturais, de gênero e de leitura, propiciando a ampliação dos conhecimentos e dos horizontes de expectativa dos leitores que se posicionam contrários à violência de gênero.

Nossa metodologia consiste, primeiramente, em compreender como as desigualdades entre os gêneros se instauram através das estruturas sociais; como a utilização da violência é fator preponderante para a manutenção da opressão do gênero feminino, salientando a importância do movimento feminista que surge para questionar essa ordem repressora ao reivindicar igualdade entre mulheres e homens. E, em seguida, através das análises dos contos de Nélide Piñon e Lygia Fagundes Telles, observaremos como as relações interpessoais hierarquizadas entre mulheres e homens se configuram em violência contra o gênero feminino. Simultaneamente, lançaremos nosso olhar sobre os métodos disciplinadores utilizados, notando que uma educação pautada nos valores patriarcais direciona as mulheres à submissão e as mantém resignadas à opressão. Longe de vitimá-las, também nos questionamos: por que as próprias mulheres quando estão em posição de domínio usam a violência de gênero para “agredir” outras mulheres?

Para tal, faremos uso do conto “I Love My Husband” de Nélide Piñon, este faz parte do livro *O calor das coisas* (1980), observaremos nas personagens femininas sua submissão aos preceitos sociais. Já em “O Espartilho” da coletânea *A Estrutura da Bolha de Sabão* (1978) de Lygia Fagundes Telles, ressaltaremos como a incorporação da disciplina arraiga a mulher e como ela impõe às outras o que fora imposto a si. Desta forma, podemos demonstrar como as marcas da dominação masculina se apresentam à figura feminina, como elas se transformam, resistem e ainda perduram na atualidade. A partir das representações de gênero nos textos selecionados, explanaremos como as formas da violência de gênero se manifestam no âmbito interpessoal, observando as manifestações das violências simbólica e física, que têm como consequência os adestramentos ideológico e corpóreo da mulher.

Segundo Lúcia Osana Zolin (2009), a produção literária de autoria feminina engajada com a crítica feminista nasce “imbuída da missão de ‘contaminar’ os esquemas representacionais ocidentais”, pois os olhares destas escritoras visam novas perspectivas que desconstróem os papéis ficcionais que tinham o homem como o modelo central das narrativas. A inversão, por sua vez, permite que “a noção de representação se afaste de sua concepção hegemônica, para significar o ato de conferir representatividade à diversidade de percepções sociais, mais especificamente, de identidades femininas antipatriarcais” (ZOLIN, 2009, p.106).

Esta gama de perfis permite à crítica literária feminista resgatar as produções de autoria feminina, discutir o cânone e mesmo renová-lo, além de denunciar a violência de gênero ao trabalhar intensamente com estas produções tidas como “menores” e marginalizadas. Deste modo, as pesquisadoras engajadas evidenciam que as obras reescrevem trajetórias, sendo assim, esta linha de pesquisa nos auxilia nas análises dos contos supracitados.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, mais conceitual, denominado *Dominação Masculina e Estruturas da Violência*, vamos apresentar teorias que discorrem sobre os mecanismos que originam as desigualdades entre homens e mulheres, e como a violência de gênero, com ênfase na simbólica, corrobora para a manutenção de práticas que desvalorizam as mulheres, além de salientarmos a importância dos movimentos feministas. Nos dois capítulos subsequentes, intitulados *A Violência Simbólica em “I Love My Husband”* e *A Mulher e as Normas Patriarcais em “O Espartilho”*, partiremos para a análise dos contos. Neles, buscamos destacar a prática da violência

simbólica nas relações interpessoais das personagens femininas, a fim de evidenciar as formas construídas de “naturalizar” o preconceito e estigmatizar o gênero feminino. Neste sentido, o que almejamos é a desmistificação dos estereótipos, o rompimento com o cultivo errôneo de valores misóginos pelo senso comum, que desfavorece o crescimento e a ampliação dos horizontes dos indivíduos.

I- DOMINAÇÃO MASCULINA E ESTRUTURAS DA VIOÊNCIA

Este capítulo está dividido em dois tópicos. No primeiro, intitulado “As hierarquias de gênero: táticas masculinas”, vamos apresentar algumas discussões teóricas quanto ao tema e apontar como as estruturas sociais ocasionam e reforçam as desigualdades entre homens e mulheres. No segundo, “A violência e as desigualdades entre os gêneros”, ressaltaremos como a violência é fator potencial utilizada pelos homens para manter as mulheres em uma posição submissa e como os movimentos feministas buscaram e buscam reverter esta realidade. Para tanto, exploraremos os conceitos de Rita Laura Segato (1998; 2003), cujas abordagens de gênero e violência simbólica evidenciam como ambos os fatores condicionam as mentes e permitem a propagação do pensamento misógino. Quanto a Pierre Bourdieu (1999), este salienta como a dominação simbólica, exercida pela ordem patriarcal através das estruturas sociais, torna muitas vezes imperceptíveis os atos violentos cominados às mulheres. E, por fim, Constância Lima Duarte (2003) nos expõe o cenário das ações do movimento feminista no Brasil, por meio de quatro momentos históricos.

Antes de adentrarmos na explanação dos conceitos, gostaríamos de salientar o uso dos termos violência simbólica e violência psicológica ou moral, encontrados no transcorrer deste trabalho. Esta forma de violência, exposta através da visão politizada de Segato e nomeada por ela como psicológica ou moral, consiste na “reproducción diária, velada o manifesta, de dosis homeopáticas pero reconocibles de la violencia instauradora” (2003, p.2), faz parte de um conjunto de mecanismos legitimados manifestos por meio dos costumes difundidos nas relações sociais, e principalmente nas interpessoais, que operada favorecendo o sistema de status propagado pela hierarquia entre os gêneros e sua ação em outros campos como o racial, étnico, de classe, regional ou nacional. Já para Bourdieu (1999), seu termo violência simbólica, e por nós escolhido, abrange um contexto mais geral, pois resalta como a ordem social e as instituições “eternizam” as ações coletivas de caráter androcêntrico, capturando assim homens e mulheres a reproduzirem o sistema de dominação masculina.

1.1 - As hierarquias de gênero: táticas masculinas

A desigualdade entre os gêneros começa e termina com os corpos, entretanto, consideramos de fundamental importância levar em consideração as demais vias utilizadas

pelo pensamento masculino para manter o homem como sujeito hierarquicamente “superior” às mulheres, uma vez que as táticas³ ideológicas estruturais (instituições) e violentas empregadas mantêm as mulheres em posição de inferioridade.

Os estudos e debates feministas tomam a hierarquia entre os gêneros como um protótipo para analisar as relações desiguais entre homens e mulheres, pois, a partir deste modelo, torna-se mais viável compreender o fenômeno do poder e da sujeição feminina na ordem social. Na área da Antropologia, algumas estudiosas têm direcionado seus olhares para estas relações conflituosas, como forma de compreender este fenômeno que tende a desvalorizar as mulheres. Rita Segato (1998), por exemplo, nos faz um breve panorama destas teorias baseadas no relativismo e no universalismo.

A primeira vertente diz respeito aos anos 30, e foi inaugurada por Margaret Mead que publicou *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Melanésias* (1935), cuja tese consiste na constatação de que mulheres e homens são entidades diferentes, preenchidas com conteúdos diversos pelas sociedades. A segunda vertente, a universalista, surge a partir dos anos 70, contrapondo a anterior ao tratar da estrutura ideológica de gênero que dirige as diferentes sociedades, mas que classificam o lugar da mulher como um lugar subordinado.

Teóricas deste viés, como Michelle Rosaldo (1974), salientam que a hierarquia é oriunda da separação dos trabalhos atribuídos a ambos os gêneros nos campos doméstico e público, o último possui mais prestígio e é ocupada pelo homem; Sherry Ortner (1974) observa a hierarquia entre os gêneros por meio da conjectura estruturalista, visando a oposição entre cultura e natureza. Esta ideologia influenciou significativamente a tendência de representar a mulher ligada a natureza/objeto enquanto o homem como componente da cultura/ação transformadora. Sherry Ortner e Harry Whitehead (1981), buscando sustentar a tese anterior tão contestada, demonstraram que a tendência universal à “superioridade masculina” está vinculada ao prestígio social da masculinidade, não estando este prestígio necessariamente ligado ao poder econômico ou político. Assim, não seriam os trabalhos desempenhados pelos homens que lhes atribuiriam importância, mas o homem que “contaminaria com o prestígio inerente à masculinidade as tarefas que realiza. Masculinidade e status seriam, neste sofisticado modelo, qualidades intercambiáveis” (SEGATO, 1998, p. 7).

³ O que chamaremos aqui de táticas masculinas são os mecanismos utilizados pelos homens para manter as mulheres submissas, que vão dos discursos, à reprodução da ordem patriarcal pelas instituições sociais e sua imposição através da violência de gênero contra as mulheres.

Quanto às teorias que dialogam com a Antropologia e a Psicanálise, temos a de Nancy Chodorow (1974; 1978), que ressalta a subordinação feminina nas várias sociedades como um advento de sua socialização em proximidade com a mãe. Nesse sentido, a autora afirma que, ao contrário do homem, para as mulheres não há um corte claro entre a identificação primária com a mãe e a secundária que configura-se na sua constituição identitária de gênero, já que ambas têm o mesmo referente; a segunda, portanto, herda de sua genitora a auto imagem-materna e, conseqüentemente, a desvalorização do trabalho materno e das tarefas desempenhadas no âmbito doméstico. Já Gayle Rubin (1975) vai aproximar o construtivismo relativista da universalidade da estrutura através de sua “matriz sexo-gênero”, como sendo esta a fonte da matriz heterossexual do pensamento universal. Todavia, a autora coloca o sexo biológico em primeiro lugar, ao fazer isso atribui o valor das categorias “homem” e “mulher” a partir do lugar que ocupam numa estrutura de relações, na qual as anatomias definem as posições por elas ocupadas, porém estas posições não são fixas. Em segundo lugar, a dimensão cultural correspondente ao “gênero”, que preenche os sujeitos com conteúdos particulares a cada tradição.

Por mais contestadas que sejam algumas destas teorias na atualidade, todas elas nortearam as pesquisadoras a pensarem as relações hierárquicas entre os gêneros, permitindo, assim, derrubarem o determinismo natural e, com ele, o essencialismo biológico, pois apontaram para a variabilidade das categorias “mulher” e “homem” ao longo do tempo e das culturas, comprovando que elas são frutos histórico-culturais e não fatos da natureza.

Sendo assim, a matriz heterossexual do pensamento masculino, como foi chamada por Rubin e, atualmente, por Judith Butler, é mais do que baseada na experiência, é cognitiva. “A matriz heterossexual é, antes de outra coisa, a matriz primigênia do poder, o primeiro registro ou inscrição do poder na experiência social e na vida do sujeito” (SEGATO, 1998, p.8). Deste modo, pode-se chegar à:

[...] conclusão de que essa hierarquia depende de uma ordem ou estrutura abstrata. Uma estrutura que é mais das instituições que dos sujeitos sociais que por elas transitam; que faz parte antes do mapa cognitivo com que esses sujeitos operam do que de uma identidade estável supostamente inerente à sua constituição. Essa identidade, longe de ser inerente e determinada de antemão, vai se imprimindo no sujeito como parte do processo pelo qual emerge como um ser social a partir das identificações em que ele se envolve (SEGATO, 1998, p. 11).

O que faz a visão de superioridade masculina ser tão difusa em todo o mundo social é seu fundamento aparentemente natural que aponta para a adequação do pensamento dos indivíduos à constatação de relações de dominação inscritas nas estruturas subjetivas (cognitivas) e objetivas (sociais), tendo como resultado uma “construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessária à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto” (BOURDIEU, 1999, p. 34). O pensamento masculino ou machista encontra, assim, espaço para vigorar e efetivar suas práticas através da concordância e conformidade que os agentes concedem às estruturas do sistema:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual ela se alicerça (BOURDIEU, 1999, p.18).

Nessa direção, a dominação simbólica exercida por esta ordem social configura a dominação de si próprio, como um ato de violência que captura imperceptível os sujeitos, visando sua conformidade com o pensamento masculino. Quando nos sujeitamos, favorecemos a construção de perfis estereotipados em que o gênero feminino é sempre desfavorecido, pois a ideologia valoriza o masculino concedendo-lhe a posição de dominador. As mulheres estão, portanto, mais suscetíveis à subordinação, uma vez que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, a dominação) quando ele não dispõe, para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural [...] resultando na incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser é produto (BOURDIEU, 1999, p.47).

Esta construção é garantida pela imposição e o agenciamento de métodos disciplinadores direcionado aos dois gêneros que ocorrem nos núcleos institucionais da sociedade, fazendo com que os sujeitos pensem, profiram e reproduzam comportamentos que são produto da dominação. Algumas instituições como família, Igreja, Escola, Estado e os meios de comunicação atuam de forma a constituir modelos de condutas inerentes a cada sexo.

O processo de alienação se inicia no núcleo familiar. Esta é, por assim dizer, a primeira cena de “ficção dominante” a qual os sujeitos são expostos como gênero diferenciado do outro, preparando-os para um contato social cujos lugares e comportamentos correspondem a cada sexo específico. A igreja prega um antifeminismo -, por meio de um clero que condena qualquer ato praticado pelas mulheres tido como falta à decência -, reproduzindo, assim, uma visão moralista em favor dos valores patriarcais, além disso, atribui às mulheres uma inferioridade natural. A Escola, por sua vez, funciona como um contínuo desta “educação da diferença”, ao fortalecer as estruturas hierárquicas baseadas no sexo dos indivíduos, além disso, reafirma o lugar a que têm direito o homem e a mulher, conduzindo-os aos destinos sociais preestabelecidos. O Estado colabora quando toma a família patriarcal como referência da ordem moral, em que os princípios fundamentais da visão androcêntrica são reforçados por suas leis.

As estruturas sociais são violentas quando sustentam e impõem aos sujeitos uma reprodução mecanizada de papéis sociais estereotipados, ao agir diretamente sobre suas estruturas inconscientes negando-lhes autonomia de pensar suas posições sociais hierarquizadas. E, como bem salienta a feminista francesa Monique Wittig, é necessário ser socialmente dominante para alcançar o sucesso de tornar os outros diferentes e passíveis à dominação, o homem encontrou na diferença (biológica) a “função de ocultar a todos os níveis os conflitos de interesse, incluindo os conflitos ideológicos” (WITTIG, 1980, p. 4).

Consequentemente, as táticas de controle da dominação masculina tornam novamente os corpos alvos, agora de uma disciplina que visa à docilidade, como bem salienta Foucault em suas abordagens sobre o constructo social da docilidade dos corpos. Para ele, são os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade - utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 1987, p.118). Este poder disciplinador de caráter violento, mesmo que a violência seja simbólica, produz mecanismos que visam à sujeição, em que as mulheres são o “objeto” favorito. Entretanto, quando há resistência por parte delas, a condição de dominadas por este sistema, os homens passam a fazer uso mais intenso da violência.

1.2 – A violência e as desigualdades entre os gêneros

A violência contra a mulher faz parte das normas simbólicas de muitas sociedades modernas. A prática da violência de gênero, como salienta Rita Laura Segato (2003), é oriunda de estruturas elementares que advêm da tensão irreduzível entre os sistemas de status e de contrato.

El sistema de status se basa en la usurpación o exacción del poder femenino por parte de los hombres. Esa exacción garantiza el tributo de sumisión, domesticidad, moralidad y honor que reproduce el orden de status, en el cual el hombre debe ejercer su dominio y lucir su prestigio ante sus pares.[...] Es en la capacidad de dominar y de exhibir prestigio que se asienta la subjetividad de los hombres y es en esa posición jerárquica, que llamamos “masculinidad”, que su sentido de identidad y humanidad se encuentran entramados (SEGATO, 2003, p. 15).

Dar provas de sua masculinidade é fundamental para que o homem consiga participar da competição entre iguais, estes tributos são realizados como uma forma de pré - requisito essencial para que se faça parte do mundo masculino, deste modo, os atos de violência contra a mulher resultam do medo do homem de ser excluído deste mundo. Este ato covarde é o ápice do seu desespero para manter seu *status* masculino e sua posição na sociedade tradicional como dominador.

As mulheres, por sua vez, possuem uma posição híbrida na sociedade, participam desta ordem social simbólica como um sujeito social e psíquico diferenciado, pois é capaz de autonomia visto que uma parte dela se adequa a posição submissa enquanto a outra apresenta resistência ao papel que lhe fora designado pela ordem patriarcal. Portanto, é a falta de correspondência das posições e subjetividades dos sujeitos que cria e sustenta um mundo violento,

“ese efecto violento resulta del mandato moral y moralizador de reducir y aprisionar la mujer en su posición subordinada, *por todos los medios posibles*, recurriendo a la violencia sexual, psicológica y física, o manteniendo la violencia estructural del orden social y económico” (SEGATO, 2003, p. 15).

Estas formas de violência, algumas vezes, ocorrem de forma gradual, partindo da violência simbólica, a qual consiste em agressão emocional que permeia o psicológico das vítimas, sendo praticada através de atos de ridicularização por meio de palavrões, intimidação e desmoralização da mulher cotidianamente. A “arma” desta violência são palavras que agredem e inferiorizam a vítima, que fica marginalizada e perde a autoestima e a autoconfiança. Em muitos casos, a violência simbólica é praticada de forma suave, quase imperceptível, sendo assim, quando identificada por suas vítimas, dificilmente se consegue

provar perante a justiça, ou seja: mesmo estando presente na lei, como prová-la, já que o sistema não aborda meios mais particularizados de preveni-la, além de ser muito pouco explorada nos programas de promoção dos direitos da mulher e nas campanhas de conscientização voltadas a violência contra a mulher?

Quanto à violência sexual, esta corresponde ao ato que obrigue a mulher a presenciar ou manter relação íntima não desejada, por meio de ameaça ou uso da força. Já a violência física corresponde a atos que violem a integridade corporal da vítima como surras, tapas, utilizadas como força de dominação bruta à mulher, acontecendo em etapas que resultam, muitas vezes, na morte, denominada de feminicídio.

Os atos de violência contra a mulher acontecem com frequência dentro dos próprios lares e são praticados, na maioria das vezes, por companheiros ou ex - companheiros. Como afirma Lia Zanotta Machado, este tipo de violência manifestada em relações interpessoais são usadas “como forma de solucionar conflitos entre indivíduos que fazem parte de uma mesma rede de relações pessoais” (2010, p. 62), ou seja, é praticado por conhecidos com quem as vítimas mantêm ou mantiveram laços e contatos.

Nesse contexto, nas pesquisas acadêmicas, a expressão “violência de gênero” passa então a ser adotada por estudiosas como Helieth Safiotti. A autora a define como uma violência atrelada à dominação masculina, que ameaça todas as mulheres, através de agressões por parte do homem, funcionando como um meio de sujeição inscrito nas relações de gênero. Para Cecília Santos e Wânia Izumino, a noção de dominação patriarcal é insuficiente para dar conta das mudanças que vêm ocorrendo nos diferentes papéis que as mulheres assumem, em situação de violência.

Elas defendem a abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual. Por isso, o paradigma do patriarcado torna-se insuficiente, pois visa o poder como algo estático, em que o homem mantém o controle sobre a mulher. Exemplo dessa contradição é a situação de violência conjugal, que encerra uma relação de poder muito mais complexa e dinâmica (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 06-07).

Como uma forma de combater a violência de gênero contra a mulher, surge, em 1980, os primeiros atendimentos especializados às mulheres em situação de violência, como SOS-Mulher que corresponde a grupos organizados por feministas com a finalidade de auxiliar as

mulheres a saírem da situação de violência a partir da reflexão crítica sobre a condição feminina, além de oferecer atendimento psicológico e orientação jurídica a fim de que busquem ajuda institucional.

Nesta mesma década, as Delegacias da Mulher tornaram-se a primeira política pública especializada. Todavia, só a partir do ano de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) no Governo Federal, que a luta contra a violência infligidas as mulheres em situação de violência ganhou força devido a proposta de Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que resultou na aprovação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, o que representou um marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar, pois ela surge para mudar a forma como os agressores são julgados e punidos:

A Lei Maria da Penha deve ser compreendida como uma política intersetorial e multidisciplinar cuja concretização deverá resultar da articulação entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo _ da União, estados e municípios_ que deverão atuar por meio de políticas públicas, programas e serviços direcionados ao atendimento à mulher em situação de violência (PASINTO, 2015, p.536).

Levantamentos realizados pelo Datasus, em parceria com o instituto Patrícia Galvão no ano de 2014, demonstram a percepção da população quanto à violência contra a mulher. 70% dos entrevistados acham que as vítimas sofrem mais violência dentro de casa; 51% das mulheres afirmaram se sentir inseguras dentro dos seus lares; 85% dos entrevistados acreditam que mulheres que denunciam seus parceiros correm maior risco de assassinato; 92% dos entrevistados acham que quando as agressões contra a esposa/companheira ocorrem com frequência podem terminar em assassinatos. Assim, metade dos entrevistados afirma que a forma como a lei pune os agressores não é eficaz (BRASIL, 2014).

Os principais obstáculos da Lei Maria da Penha em seus oito anos de funcionamento, assinalados por Pasinato (2010), são referentes à quantidade de serviços especializados; as deficiências estruturais que muitos deles apresentam; e problemas relativos à composição, tamanho e especialização das equipes de profissionais. No que concerne ao último caso citado, a valorização do “aprendizado na prática”, que remete ao conhecimento técnico e específico, ultrapassa o aprendizado teórico, conceitual e metodológico sobre violência de gênero e suas peculiaridades.

Isso demonstra o quanto o sistema e as pessoas envolvidas no processo ainda resistem às novas abordagens de combate à violência, o que acaba por afetar instituições e profissionais, levando-se a questionar a compreensão de gestores e profissionais quanto à especialização esperada no atendimento; as dificuldades em transformar as rotinas e práticas institucionais, por sua vez, encontram-se mais claramente nas posturas pessoais dos profissionais da área que, baseadas em crenças e valores compartilhados pelo senso comum, não reconhecem a gravidade da violência contra a mulher.

Quando as dificuldades sociais vêm dos cidadãos que já enfrentam as econômicas e culturais, estes tipos de violência são ainda mais “agravados pelos obstáculos subjetivos, relacionados à natureza afetiva das relações violentas, às condições que são dadas às mulheres para conhecerem seus direitos e aos mecanismos que devem ser acionados para se reconhecerem como sujeitos de direito” (PASINATO, 2010, p. 538). Deste modo, melhorias devem ser feitas nestas lacunas para que não continuem a prejudicar o funcionamento da lei.

A Lei 13.104/2015, conhecida como lei do Feminicídio, foi criada para punir os agressores de forma mais rígida, ao classificar a morte de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação por gênero como crime hediondo inserido entre os tipos de homicídio qualificado. O feminicídio é a consequência final de um contínuo de violências aplicadas à mulher devido à discriminação de gênero, “os feminicídios são ‘domésticos’ e se traduzem no ponto final da escalada desta violência doméstica cotidiana” (MACHADO, 2010, p. 15). Estas ações são decorrentes da diferença de poder entre homens e mulheres, um poder desigual que procura ser mantido pelo homem a todo custo.

Conforme Segato (2003), a usurpação do poder feminino tem suas bases em uma sociedade com raízes e dinâmicas patriarcais, e que se reproduz e prolifera nas economias de poder, onde o status se infiltra como contrato, e na lei. A ordem patriarcal só se reproduz devido a um repetitivo ciclo de violência. O homem dedica grande esforço para restaurar constantemente a economia simbólica que estruturalmente “organiza a relação entre os status relativos de poder e subordinação representados pelo homem e a mulher como ícones das posições masculina e feminina assim como de todas suas transformações no espaço hierárquico global” (2003, p.15).

Quando as mulheres, enfim, despertaram e passaram a compreender toda esta ordem social que as desfavoreciam e ainda desfavorecem, passaram a oferecer resistência ao sistema.

A organização destas mulheres em defesa de seus direitos deu origem ao movimento feminista no século XIX, que buscou e busca igualdade social no tratamento entre homens e mulheres por meio de vias políticas.

Ao longo de seu percurso, o movimento feminista foi se transformando. No Brasil não foi diferente, como aponta a estudiosa Constância Duarte em seu artigo “Feminismo e Literatura no Brasil” (2003), que divide as ações do movimento no país em quatro ondas ocorridas em 1830, 1870, 1920 e 1970. Na primeira, a reivindicação pelo direito de acesso à educação favoreceu a autorização legal para a abertura das primeiras escolas públicas femininas em 1827; na segunda, foi através da imprensa, jornais e revistas, que as militantes feministas procuraram conscientizar as demais mulheres de sua opressão e as incentivaram a buscar novos rumos para suas vidas. A terceira foi marcada pela conquista do direito ao voto feminino, aprovado em 1927 no Estado do Rio Grande do Norte, todavia, este direito só veio a ser concedido em todo o país em 1932, quando Getúlio Vargas o incorpora no novo Código Eleitoral do país, só vindo a ser exercido de fato em 1945, somando-se a esta luta outras como o acesso ao ensino superior e a ampliação do campo de trabalho.

A quarta onda acontece nos anos de 1970, é marcada por avanços na luta feminista como o ano Internacional da Mulher (1975). O 8 de março foi declarado Dia Internacional da Mulher por iniciativa da ONU, como reconhecimento às operárias norte americanas, fatalmente vitimadas num incêndio, em uma fábrica têxtil de Nova York. Conforme a estudiosa, no Brasil o movimento teve marcas distintas, as feministas do país posicionavam-se contrárias à ditadura militar e à censura, cujas reivindicações centravam-se na redemocratização, anistia e melhores condições de vida; porém não se deixou de discutir os assuntos de interesse feminino como a sexualidade e o direito da mulher ao prazer e ao aborto, que tiveram como temática “Nosso corpo nos pertence”, imprimindo um direcionamento mais político sobre a necessidade do planejamento familiar e do controle da natalidade, o que resultou na inserção de algumas destas reivindicações nas políticas públicas.

Na literatura, inúmeras escritoras se posicionaram contrárias à ditadura. A consciência crítica das escritoras presente nas obras literárias deste período apresenta em seu bojo um posicionamento contra o modelo de comportamento herdado da sociedade tradicional, ao retratar as múltiplas imposições do contexto sociocultural às mulheres.

Sendo assim, o feminismo proporcionou às mulheres o direito e a possibilidade de modificarem sua realidade. Atualmente, o movimento engloba todas as formas de manifestação contra a opressão feminina.

II- A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM “I LOVE MY HUSBAND”

Este capítulo trará a análise do conto “I love my husband”, da escritora Nérida Piñon. Ele está dividido em dois tópicos: “A Família como fronteira”, no qual observaremos a família como núcleo primário e central na inserção das desigualdades de gênero, cujos ensinamentos reguladores tendem a desfavorecer as mulheres. E, por extensão, exploraremos os conceitos de Guacira Lopes Louro (1997), que aponta a escola como um ambiente que amplia a desigualdade entre os gêneros. Nesse sentido, a estudiosa propõe um método de ensino baseado no conceito de gênero que visa um tratamento mais igualitário e não sexista dos sujeitos.

Do meio literário, enfatizaremos os estudos de Carlos Gomes (2014), cuja proposta de ensino aponta para um método de leitura que visa a conscientização. Segundo o estudioso, a intertextualidade é fundamental para a formação do/a leitor/a crítico/a, já que o exercício comparativo entre texto e realidade permite escancarar a barbárie dos atos de violência contra a mulher, “da violência simbólica ao assassinato da companheira, as tensões de gênero chegam ao seu limite e reforçam a farsa social do controle masculino sobre a mulher” (GOMES, 2014, p.103), todavia, e como ele bem salienta, “ficção e realidade se confundem” e isso torna possível elucidar a mente dos sujeitos quanto à farsa social do controle masculino.

No tópico subsequente, “A construção de uma Senhora”, destacaremos como a violência simbólica vigora no núcleo familiar, aprisionando a mulher as normas sociais. Assinalaremos ainda outras análises sobre este conto de Piñon.

2.1 – A família como fronteira

As imposições das questões de gênero são promovidas pelas instituições como: Família e Escola. Quando dirigimos nosso olhar para o primeiro núcleo, percebemos que o estereótipo propagado de família, no qual predomina o pensamento da sociedade brasileira, está baseado na chamada “família nuclear”, composta por pais e filhos dependentes, porém o que nos chama atenção é a permanência da divisão sexista das funções que devem ser desempenhadas por mulheres (lar) e homens (provedor) deste ambiente.

Embora muitas mudanças tenham ocorrido no decorrer do tempo, o pensamento quanto aos papéis desempenhados pelas mulheres como sujeito social pouco tem avançado,

pois sua imagem continua fortemente ligada a de mãe, dona de casa e dependente do companheiro. Estudos apontam que, mesmo nas famílias em que a mulher trabalhe e ajude financeiramente no lar, e

“a participação dos homens nas famílias pobres seja precária, persiste o modelo do homem provedor financeiro e de autoridade. O papel da mulher no sustento econômico é invisibilizado e desqualificado, legitimando a crença de que o homem é o legítimo provedor da família” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.52).

Assim, quando se fala no papel do homem na família patriarcal burguesa, este “relaciona-se ao sustento econômico, o papel prescrito às mulheres é o de que sejam cuidadoras do marido, do lar e dos filhos” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.52). Isso demonstra o quanto a imagem da mulher mantém-se estagnada.

Deste modo, o que constatamos é que a manutenção dos métodos disciplinadores aos dois gêneros baseados no ponto de vista masculino tende a perpetuar-se, com a corroboração da família e da escola, meios estritamente formadores, presos a estereótipos. Isso acontece porque

La eficiencia de la violencia psicológica en la reproducción de la desigualdade de género resulta de aspectos que la caracterizan: 1. Su diseminación masiva en la sociedade, que garantiza su ‘naturalización’ como parte de comportamientos considerados ‘normales’ y banales; su arraigo en valores morales religiosos y familiares, lo que permite su justificación (SEGATO, 2003, p.7).

O ambiente escolar é outro propagador das diferenças entre os gêneros. Guacira Lopes Louro, em seu livro *Gênero, sexualidade e educação* (1997), questiona a corroboração deste ambiente como um agente que favorece a construção das desigualdades, pois colabora para a manutenção das diferenças de gênero ao “fabricar” corpos dóceis:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. [...] Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. [...] Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos (LOURO, 1997, p. 58 - 61).

Com tais propósitos, a escola e a família reforçam e ampliam a dicotomia entre o feminino e o masculino, disciplinando as mentes e os corpos femininos à obediência, e os

masculinos ao domínio, reafirmando os papéis preconizados pela sociedade para ambos. Sendo assim,

Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando (LOURO, 1997, p. 35).

Nessa perspectiva, a desconstrução pode ser uma estratégia possível de subversão deste pensamento dicotômico que resulta na naturalização das formas de violência contra a mulher. Todavia, para que isto se torne concreto, primeiramente, é preciso “clarear” a mente dos sujeitos. A proposta metodológica de Louro busca desmistificar e desconstruir hábitos preconceituosos cominados às mulheres. Seu método de intervenção visa às pequenas ações cotidianas, que auxiliam na subversão do arranjo sexista tradicional presentes na sala de aula. Segundo Louro,

[...] inventar formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não-sexistas e não-racistas; investigando os grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; acolhendo no interior da sala de aula as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc. (LOURO, 1997, p.124).

Essa postura disciplinadora da escola e da família é questionada pela autoria feminina no Brasil. Ao impor padrões, essas instituições aprisionam o corpo da mulher às normas de gênero.

Na área da Literatura, abordagens que dialoguem com o conceito de gênero são, com certeza, muito relevantes para propiciar a reflexão e a desconstrução de estereótipos. Carlos Gomes apresenta, em seu livro *Ensino de Literatura e Cultura: do resgate à violência doméstica* (2014), uma estratégia de ensino baseada na prática da leitura literária vinculada a questões de gênero e culturais que visam enaltecer a mulher e sua importância como sujeito e agente modificador da sua realidade social. Seu método de leitura busca a ampliação dos conhecimentos e dos horizontes de expectativa dos leitores, cujo objetivo, ao trabalhar com a temática da violência de gênero, é proporcionar aos leitores um posicionamento contrário a estes atos abusivos, pois o “texto literário traz diferentes críticas à opressão das mulheres no espaço patriarcal” (2014, p. 135). A inserção de temas que salientem a desigualdade de gênero

permite a formação de leitores críticos, demonstrando a capacidade do texto literário das escritoras brasileiras de defender o lugar de fala da mulher a partir de seu desempenho social salientado através da subjetividade e particularidade que guiam este ser em transformação para fora das fronteiras ainda delimitadas.

A mulher imaginada é de suma importância para identificarmos, em sua política de representação, como se constitui o sistema por meio do qual nos subjetivamos. As narrativas podem se tornar uma fonte de identificação. Contudo, estas representações que não são neutras, em conjunto com os estudos feministas, permitem que a interferência da crítica literária desmistifique a naturalização errônea dos problemas vinculados às práticas violentas, pois se prioriza a conscientização.

Conforme Gomes, essa consciência pode ser adquirida por meio da prática interdisciplinar de leitura, que deve trazer para este momento textos que exponham as taxas dos crimes contra a mulher, através de matérias jornalísticas, além dos textos jurídicos (Lei Maria da Penha e Feminicídio), necessários à formação crítica dos alunos e sua rejeição aos atos de violência praticados contra as mulheres (2014, p.102). Carlos Gomes destaca que muitas escritoras brasileiras usam suas obras como meio de denúncia e crítica social, quando expõem as diversas formas de violência contra o gênero feminino de forma paródica, pois:

A metáfora da liberdade feminina faz parte do projeto estético desses romances [...], eles propõem diferentes saídas para suas protagonistas, que repudiam a violência simbólica. O diferencial dessas obras é construído pela capacidade de o narrador desnudar as sutilezas da violência emocional, pelas quais as personagens femininas passam (GOMES, 2013, p. 3).

Neste trabalho, vamos propor a identificação da violência simbólica nos contos. Interessa-nos identificar as formas de disciplina e de aprisionamento do corpo feminino à estrutura da família patriarcal. A seguir, passamos à análise do conto de Nélida Piñon.

2.2 - A construção de uma Senhora

A disciplina “fabrica” indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...]; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 1987, p.143).

A disciplina a que Foucault se refere na epígrafe é calculada, pois invade todos os núcleos sociais de interação, alimentada por discursos que buscam tornar a mulher o alvo desta aprendizagem e por extensão um indivíduo ajustado aos padrões sociais estabelecidos. Como o eu constitui-se como sujeito através do olhar do outro, interferindo diretamente na constituição da sua identidade, só se torna o que os outros almejam através dos métodos disciplinadores utilizados.

Nossa abordagem consiste em ressaltar a violência simbólica como fator primordial para a alienação e subjulgação do feminino à ordem social masculina, uma vez que sua ação imperceptível às vítimas é utilizada como um meio de disciplinar a mente das mulheres, tendo em vista sua sujeição voluntária a um sistema que as desfavorece, o que acaba por se refletir em seus corpos. A violência simbólica está presente na literatura como uma das causas da insatisfação da mulher no contexto familiar, conforme Duarte, as produções ficcionais de autoria feminina retratam este tipo de agressão como ocasionadora do “desamor, solidão, autoconhecimento, busca de identidade, descoberta de sexualidade” (2010, p. 228).

Para retratar esta realidade em suas produções ficcionais, Piñon utiliza-se da paródia. Carlos Gomes (2014) a luz dos estudos de Linda Hutcheon sobre este gênero textual conceitua o texto paródico como repetição com diferença, pois traz consigo uma revisão crítica ao questionar os parâmetros ideológicos da narrativa. Deste modo, este tipo de produção mesmo não sendo guiado pelo princípio de originalidade propicia uma atualização do tema abordado, o estudioso salienta também que outra característica importante da paródia é “sua capacidade de irreverência e deboche das normas sociais” (GOMES, 2014, p. 68), o que proporciona um diálogo entre o campo social e a proposta artística do texto.

Nesta perspectiva, as escritoras brasileiras contemporâneas ao fazer uso deste recurso visam questionar criticamente a opressão e o preconceito da sociedade patriarcal contra as mulheres. Nélida Piñon, por sua vez, usa a paródia em suas produções com a finalidade de “projetar uma visão irônica e debochada da opressão da mulher” (GOMES, 2012, p. 241), entretanto, sem constituir a forma de riso. Assim, “a paródia atua como um expediente de elevação da consciência, impedindo a aceitação dos pontos de vista estreitos, doutrinários, dogmáticos de qualquer, grupo ideológico” (GOMES, 2012, p.244).

A partir deste recurso, no conto “I Love My Husband”, que compõe o livro *O calor das coisas* (1980), de Nélida Piñon, temos uma personagem que sofre violência simbólica. A

autora descreve uma mulher disciplinada e que age em conformidade com os preceitos patriarcais, pois foi educada para ser uma boa dona de casa e esposa. Durante o monólogo, a protagonista nos expõe sua relação matrimonial, ao mesmo tempo em que nos permite evidenciar como a disciplina fora incutida em sua mente e corpo muito antes, no seio familiar, por meio de vias simbólicas.

A partir da realidade atual, a personagem inicia a narrativa com a seguinte afirmação, “EU AMO MEU MARIDO. De manhã à noite” (p.51), denotando ao fato uma tarefa que deve ser cumprida cotidianamente. No decorrer do seu relato, percebemos que esta mulher vive uma união desgastada, mas, ao reiterar constantemente que “ama o marido”, percebemos que a escritora busca, por meio da ironia, criticar os artifícios femininos utilizados para se autoboicotar e evitar o não cumprimento do destino de mulher.

As marcas da dominação masculina vão compondo o cenário e o enredo da personagem educada em um lar cuja figura paterna é o símbolo de poder. Sendo assim, o discurso masculino predomina e é prezada a moral familiar, havendo ainda uma supervalorização do casamento por parte do pai. O matrimônio é pintado à personagem como a possibilidade de enfim tornar-se um sujeito social, pois como bem salienta: “diferente do irmão que já na pia batismal cravaram-lhe o glorioso estigma de homem, antes de ter dormido com mulher. [...] a alma da mulher surgia unicamente no leito, ungido seu sexo pelo homem” (p. 56). Porém, para que seu reconhecimento social advenha da imagem masculina, a mulher deve manter-se recatada e pura, ou seja, “a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante relativa a todas as partes do corpo” (BOURDIEU, 1999, p.44). O pai constantemente reforça este pensamento por meio da educação dada à filha:

Já viu, filha, que coisa mais bonita, uma vida nunca revelada, que ninguém colheu senão seu marido, o pai dos seus filhos? Os ensinamentos paternos sempre foram graves, ele dava brilho de prata à palavra envelhecimento. Vinha-me a certeza de que ao não se cumprir a história da mulher, não lhe sendo permitida a sua própria biografia, era-lhe assegurada em troca a juventude (PIÑON, 1997, p. 55-6).

A mãe também sustenta este tipo de ideia, quando reforça o estereótipo feminino disseminado pela visão do marido. Isto ocorre, segundo Bourdieu, porque as mulheres “só podem exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração (como eminências pardas)” (1999, p. 43). Ao apagar-se e falar em favor do discurso do marido, admite-se que a mulher exerça alguma influência sobre a filha.

[...] Ser mulher é perder-se no tempo, foi a regra de minha mãe. Queria dizer, quem mais vence o tempo que a condição feminina? O pai a aplaudia complementando, o tempo não é o envelhecimento da mulher, mais sim o seu mistério jamais revelado ao mundo (PIÑON, 1997, p. 55).

Do mesmo modo que a mãe da personagem, as mulheres só recebem qualquer reconhecimento por parte dos homens quando falam e adotam condutas que se enquadrem no ideal masculino. A passividade das mulheres perante o discurso masculino garante sua forte influência e propagação, como bem salienta Bakhtin “a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for” (1998, p. 38), portanto, deve-se ter em vista que este mecanismo de dominação trabalha como um instrumento que convenciona as consciências em favor do machismo, mesmo que, imperceptivelmente, em alguns casos, ou simplesmente para não colidir com o sistema.

Sendo assim, o ajustamento feminino em consonância com este pensamento é resultado de uma violência silenciosa, sutil, que abre espaço para o consentimento de uma submissão voluntária e calculada. A violência simbólica “é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física” (BOURDIEU, 1999, p.50), cujo trabalho de inculcação e de incorporação é o responsável pela captura dos indivíduos, fazendo-lhes crer na “superioridade” masculina, isso ocorre porque,

através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as mulheres incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino (BOURDIEU, 1999, p.115).

Aderir aos preceitos sociais, portanto, é muito mais viável, porém paga-se o preço de não viver a própria vida, pois seu destino apenas se restringirá ao do marido, único responsável por trazer ao lar “alimento, esperança, a fê, a história de sua família” (p. 56) e também o futuro de suas vidas ainda que viva com uma semana de atraso.

A garantia da submissão feminina se dá por um trabalho incessante de alienação, em que a disciplina antes transmitida pelo pai passa a ter sua continuidade com o marido. Como ela bem menciona, “eu era o mais delicado fruto da terra, uma árvore no centro do terreno de

nossa sala, ele subia na árvore, ganhava-lhe os frutos, acariciava a casca, podando seus excessos” (p.55). Seu corpo é descrito como um objeto de uso para o marido que apenas visa à satisfação de suas necessidades sexuais, mas, para que a mantenha em seu controle, sempre “poda seus excessos”.

Outros argumentos também são utilizados como o da boa dona de casa, “[...] sou uma princesa da casa, ele me disse algumas vezes e com razão. Nada, pois, deve afastar-me da felicidade em que estou mergulhada” (p.58). A sutileza com que este pensamento é colocado visa sua acomodação no lar, visa também restringir sua busca por um trabalho e, portanto, a conquista de sua independência e autonomia. Com estes discursos, o marido vai ensinando-a a aceitar passivamente o ideal masculino: “[...] é seu encargo podar meus excessos, a natureza dotou-me com o desejo de naufragar às vezes” (p.57). Neste processo de alienação, os homens objetivam que as mulheres nada queiram a não ser eles, além disso, as transmitir a falsa imagem de que elas necessitam deles, pois não são aptas a escreverem sua própria biografia sem que “naufraguem”, cabendo a elas a função de cuidar da casa e “alimentar um homem que sonha com casas grandes, senzalas e mocambos, e assim faz o país progredir” (p.51).

Entretanto, é válido salientar que a violência simbólica não se limita apenas ao uso de palavras pejorativas facilmente identificáveis. Segato (2003), classifica oito tipos de violência moral ou simbólica mais frequentes na América Latina, são elas: controle econômico; controle da sociabilidade; controle da mobilidade; menosprezo moral; menosprezo estético; menosprezo sexual; desqualificação intelectual e desqualificação profissional, ou seja, mesmo conquistando o direito de trabalhar fora, ainda são conferidos às mulheres, neste campo, na grande maioria, cargos inferiores a sua capacidade. Os homens fazem uso de todos os meios para manter as mulheres submissas. O marido da personagem, por ocupar a tradicional condição de provedor, compreende este fato como um direito que ele tem sobre a companheira de cercear sua liberdade através do controle econômico e da sociabilidade.

Toda esta disciplina, somada à violência simbólica, se reflete no corpo da personagem. A estudiosa Elódia Xavier, na análise do referido conto, em sua obra *Que corpo é esse?* (2007), desenvolve o retrato de um corpo disciplinado. Ao contrário do de outras personagens como Macabéa, de Clarice Lispector, - que mantém-se fidedigna à disciplina incutida pela autoridade de sua tia e a reproduz tão cegamente que a anula de apresentar qualquer possibilidade de autoconsciência-; a protagonista de Piñon, segundo a estudiosa, exibe um corpo disciplinado que possui seus momentos de indisciplina, quando não consegue mais reter

“o tema de sua contingência”. Assim, estes modelos de corpos disciplinados apresentam um grau maior ou menor de controle e contenção das ações das mulheres, levando em consideração os fatores externos que venham a influenciar.

O despertar para toda esta ordem social que a mantém em um pseudo - conformismo acontece quando os conflitos no casamento surgem, a partir deste momento, ela passa a questionar a “generosidade masculina”. A revolta surge quando ouve o marido proferir palavras que a tornam sua propriedade, não podendo ela pertencer-se.

Filho meu tem que ser só meu, confessou aos amigos no sábado do mês que recebíamos. E mulher tem que ser só minha e nem mesmo dela. A ideia de que eu não podia pertencer-me, tocar no meu sexo para expurgar-lhe os excessos, provocou-me o primeiro sobressalto na fantasia do passado em que até então estivera imersa (PIÑON, 1997,p. 52).

O corpo disciplinado da personagem rompe com a disciplina, desencadeando, assim, um conflito de identidade através do qual ela passa a questionar as ideias que lhe foram transmitidas sobre o que é uma mulher, como a da mãe, e os ensinamentos caracterizados como femininos.

Olhei meus dedos revoltada com as unhas longas pintadas de roxo. Unhas de tigre que reforçam minha identidade, grunhiam quanto à verdade do meu sexo. Alisei o meu corpo, e pensei, acaso sou mulher unicamente pelas garras longas e por revestir-me de ouro, prata, do ímpeto do sangue de um animal abatido no bosque? Ou porque o homem adorna-me de modo a que quando tire estas tintas de guerreira do rosto surpreende-se com uma face que lhe é estranha, que ele cobriu de mistério para não me ter inteira? (PIÑON, 1997, p. 53).

A sociedade patriarcal, com todas as suas imposições, exige das mulheres que cumpram seu destino de mulher desconsiderando, assim, o hibridismo da condição feminina. A sociedade machista impõe o cumprimento de uma espécie de roteiro feminino que corresponde a casamento, responsabilidades domésticas, filhos e acesso à religião, determinando, assim os lugares, funções e os tipos de relação que devem ter as mulheres.

Esta ideia de uma identidade feminina estável é falsa, esta tática utilizada pela sociedade patriarcal busca constantemente nos limitar, “a imposição de uma identidade pode ser vista como uma grosseira tática de poder, construída para obscurecer a real diversidade humana por meio de rígidas categorizações de uniformidade” (JEFFREY WEEKS, 1985, p.187 *apud* FUNCK, 2011, p. 67). Ao contrário desta visão, as mulheres são sujeitos que

estão constantemente em transformação, porém a busca pela identidade “verdadeira” é vista, muitas vezes, como uma ameaça e um desafio às imposições estabelecidas.

Portanto, esta identidade verdadeira, representada pela guerreira que não tem medo de pegar em armas, faz a personagem sentir-se apta a “conquistar outra pátria, nova língua, um corpo que sugasse a vida sem medo e pudor” (p.57), ou seja, sua liberdade e prazeres, tudo conquistado por meio dos próprios esforços. Somente a exortação a faz experimentar uma transgressão, mesmo que imagética, ao fantasiar “uma aventura africana”.

Seguida por um cortejo untado de suor e ansiedade, eu abatia os javalis, mergulhava meus caninos nas suas jugulares aquecidas, enquanto Clark Gable, atraído pelo meu cheiro e do animal em convulsão, ia pedindo de joelhos o meu amor. Sôfrega pelo esforço, eu sorva água do rio, quem sabe em busca da febre que estava em minhas entranhas e eu não sabia como despertar. A pele ardente, o delírio, e as palavras que manchavam os meus lábios pela primeira vez, eu ruborizava de prazer e pudor, enquanto o pajé salvava-me a vida com seu ritual e seus pelos fartos no peito. Com a saúde nos dedos, da minha boca parecia sair o sopro da vida e eu deixava então o Clarck Gable amarrado numa árvore, lentamente comido pelas formigas (PIÑON, 1997, p. 53 - 54).

Este “rosto que não reconhece” é apenas a retirada da máscara que sustenta a imagem rígida das identidades antigas e valorizadas pelo senso comum, que lhe propicia enxergar a sua real natureza perdida nas regras e nas convenções. Conforme Elódia Xavier, o corpo disciplinado, nos momentos de indisciplina, assume uma atitude agressiva para com os outros, pois “o corpo disciplinado migra para a dominação, subjugando o corpo dos outros a um controle que ele não pode exercer sobre si mesmo” (ARTUR FRANCK, 1996, p. 55 *apud* XAVIER, 2007, p. 67). Desta forma, a transgressão da personagem é uma forma de expurgar todos os desejos que por ela não podem ser vividos.

Entretanto, a disciplina, por ir além do corpo, invade a consciência de forma tão intensa a ponto de o marido não se preocupar com uma possível traição, pois o cerceamento às experiências “perigosas” do mundo, mantendo-a enclausurada, garante-lhe a manutenção da honra masculina, visto que a moral feminina é afiançada, sobretudo, pela imposição de uma disciplina incessante. Nesse sentido, “não podia ele preocupar-se com a matriz do meu ventre, que devia pertencer-lhe de modo a não precisar cheirar o meu sexo para descobrir quem mais, além dele, ali estivera, batera-lhe à porta, arranhara suas paredes com inscrições e datas” (p. 52).

O retorno à disciplina é acompanhado pelo sentimento de culpa e vergonha:

Estes meus atos de pássaro são bem indignos, feririam a honra do meu marido. Contrita, peço-lhe desculpas em pensamento, prometo-lhe esquivar-me de tais tentações. Ele parece perdoar-me à distância, aplaude minha submissão ao cotidiano feliz, que nos obriga a prosperar a cada ano. Confesso que esta ânsia me envergonha, não sei como abrandá-la. Não a menciono senão para mim mesma (PIÑON, 1997, p. 57).

Como nossa cultura se desenvolveu, em grande parte, com base na crença cristã, o sentimento de culpa por haver transgredido vai ao encontro com o que a igreja considera como falta à decência. Para se redimir, ela pede “desculpas em pensamento” e promete “esquivar-se de tais tentações”, procurando ainda refúgio no cotidiano conhecido: “logo busco o socorro das calçadas familiares, nelas a minha vida está estampada” (p.57).

Ao optar pela recondução à dominação masculina, a personagem passa a adotar de vez o discurso masculino, “[...] as palavras do homem são aquelas de que deverei precisar ao longo da vida” (p.57). Temos, através desta citação, a constatação da afirmação feita por Monique Wittig, ao ressaltar que o discurso da heterossexualidade oprimiu-nos mulheres “no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles. [...] Mas a sua ação mais feroz é a implacável tirania que exercem sobre os nossos seres físicos e mentais” (1980, p.2). E é o que ocorre explicitamente com a personagem quando diz: “assim fui aprendendo que a minha consciência, que está a serviço da minha felicidade, ao mesmo tempo está a serviço do meu marido” (p.57). Ela torna-se, por assim dizer, o retrato estereotipado da imagem de mulher almejada pelo senso comum, cabendo-lhe ser grata pelo marido que tem e conformar-se com a vida que lhe propicia.

Sou grata pelo esforço que faz em amar-me. [...] Sinto então a boca seca, seca por um cotidiano que confirma o gosto do pão comido às vésperas, e que me alimentará amanhã também. Um pão que ele e eu comemos há tantos anos sem reclamar, ungidos pelo amor, atados pela cerimônia de um casamento que nos declaramos marido e mulher. Ah, sim, eu amo meu marido (PIÑON, 1997, p. 58-9).

Por estarem, marido e mulher, unidos pelos laços sagrados do matrimônio, que não devem ser desfeitos, a mulher reafirma sua condição de corpo disciplinado. A ironia é retomada com a afirmação “Ah, sim, eu amo meu marido”, aceitando passivamente as convenções e a máscara social da mulher submissa, negando todas as outras possibilidades de vida para tornar-se “a sombra do homem que todos dizem eu amar” (p.51). É por isso que

La violencia moral es el más eficiente de los mecanismos de control social y de reproducción de las desigualdades. La coacción de orden psicológico se constituye en el horizonte constante de las escenas cotidianas de sociabilidad y es la principal forma de control y opresión social en todos los casos de dominación. Por su sutileza, su carácter difuso y omnipresencia, su eficacia es máxima en el control de las categorías sociales subordinadas. En el universo de las relaciones de género, la violencia psicológica es la forma de violencia más maquinal, rutinaria e irreflexiva y, sin embargo, constituye el método más eficiente de subordinación e intimidación (SEGATO, 2003, p.7).

Infelizmente, o que podemos constatar, por meio deste conto, é que muitas mulheres ainda se mantêm em relações abusivas por questões econômicas, ou mesmo pelo fato de a violência simbólica ser tão intensa ao ponto de elas não conseguirem se desvencilhar de seu opressor. Todo este processo de alienação imposto pelas disciplinas, imperceptível pela reprodução naturalizada da violência simbólica nos núcleos sociais, tem, muitas vezes, por resultado a transformação dessas mulheres em futuras transmissoras da violência de gênero contra suas iguais.

III- A MULHER E AS NORMAS PATRIARCAIS EM “O ESPARTILHO”

Este capítulo dá sequência ao estudo da violência simbólica contra a mulher, dessa vez no conto de Lygia Fagundes Telles. No primeiro momento, vamos trazer algumas reflexões sobre como as feministas propõem a desconstrução das amarras de gênero.

3.1 – Em oposição à disciplina de gênero

O caráter fixo da posição binária entre os gêneros sempre foi questionado pelo movimento feminista, pois “a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” (SCOTT, 1989, p. 18). Como um modo de desestabilizar a permanência deste tipo de pensamento, as feministas passaram a buscar, na categoria de gênero, meios de desvencilhar esta ideia de hegemonia masculina. Gênero passa, assim, a ser uma categoria política que possibilita dar visibilidade às questões da mulher.

A adoção do conceito de gênero pelas feministas brasileiras em seus estudos ocorreu a partir da década de 90, o que proporcionou uma visível e significativa mudança temática nas abordagens referentes à opressão feminina, ao enfatizar a diferença entre o social e o biológico. “Gênero é definido como uma relação socialmente construída entre homens e mulheres, servindo como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 5).

A partir das novas formulações baseadas neste conceito, procurou-se observar as práticas interpessoais violentas. Estes atos estão sendo, em pesquisas recentes, reconhecidos como praticados por homens e mulheres, só que de forma desigual, sendo assim, desconsiderar a resistência ou o revide das mulheres ao ato violento que sofrem é regressar ao essencialismo que toma a anatomia como destino. As feministas, por sua vez, criticam as teorias que se apoiam no vitimismo feminino, o que possibilitou o surgimento de uma nova corrente, passando assim a relativizar a perspectiva dominação-vitimização. Para isso, analisam o fenômeno da violência conjugal como sendo relacional, cuja violência é entendida como “uma forma de comunicação em que homens e mulheres conferem significado às suas

práticas” (IZUMINO; SANTOS, 2014, p. 3), entretanto, não vamos nos aprofundar nesta questão.

Sabemos que a violência de gênero é cometida majoritariamente por homens contra suas parceiras, até porque os levantamentos de dados comprovam esta realidade. Concordamos com Heleieth Saffioti quando afirma que “mulheres em geral, e especialmente quando são vítimas de violência, recebem tratamento de não-sujeitos” (SAFFIOTI, 1999, p. 84), e também concordamos com ela que é muito difícil identificar o momento em que ocorre a ruptura deste limite, pois como Saffioti afirma “cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres” (1999, p. 84).

De certa forma, as mudanças mais visíveis do comportamento feminino perante a violência são resultantes de um longo processo de lutas e conquistas de seus direitos, que as possibilitam se desvencilhar, mesmo com todas as falhas, do sistema de proteção, de relações abusivas. Outros fatores que também têm contribuído para o afastamento das mulheres deste tipo de relação são: a recusa por adotarem a identidade estática do feminino, presada pela visão masculina; e, sem dúvida, a abertura para o mercado de trabalho, o que lhes possibilitou a conquista da independência financeira e favoreceu consideravelmente a conquista de sua autonomia.

As mudanças sociais têm permitido o distanciamento das mulheres da reprodução fidedigna dos valores e comportamentos preestabelecidos como femininos; e a recusa ao segmento de certas normas e regras instituídas pela sociedade patriarcal têm as afastado das identidades tidas como seguras e coerentes. Para Stuart Hall,

à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Todavia, é importante ressaltar que foi graças àquelas mulheres transgressoras e à frente do seu tempo, - muitas, inclusive, chegaram a pagar com suas próprias vidas o preço por um tratamento mais igualitário entre homens e mulheres-, que, hoje, gozamos das oportunidades de crescimento que temos, apesar de ainda restritas em muitos aspectos. Portanto, assim como elas, devemos lutando por melhorias, novas possibilidades de

crescimento e igualdade. Então, por que não inserir a escola neste processo de desconstrução do preconceito contra a mulher?

Neste caso, ao promover a desconstrução dos “modelos” tradicionais de gênero como os únicos a serem aceitos, favorece-se a alteração dos conceitos cristalizados de homem e mulher, em que o segundo tem sempre que ser submisso, portanto, esta tática beneficia a subversão do pensamento dicotômico. A seguir, analisaremos como a representação da violência simbólica está presente na obra de Lygia Fagundes Telles.

3.2 – O corpo como prisão

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (BOURDIEU, 1999, p.22).

A internalização de hábitos e práticas disciplinadoras por parte das mulheres as condiciona a agir de acordo com a ordem social. Consequentemente, quando algumas se encontram em uma posição de domínio no lar, aplicam a outros sujeitos do seu próprio gênero as mesmas categorias que lhes foram impostas, ou seja, categorias disciplinadoras construídas de acordo com o ponto de vista dos dominantes. Este tipo de relação de dominação naturaliza a visão machista, pois, ao adotar este posicionamento, a mulher sempre se manterá abaixo do dominante e não em igualdade como pensa estar, corroborando para a ampliação da subordinação do gênero feminino.

Em “O Espartilho”, de Lygia Fagundes Telles, que faz parte do livro *A Estrutura da Bolha de Sabão* (1999), temos exatamente como foco da nossa análise este tipo de perfil feminino que, imbuído de poder, passa a subordinar seus iguais em gênero. A matriarca da família Rodrigues, que conheceremos a partir da narrativa de sua neta, ao disciplinar a neta Ana Luísa de acordo com os preceitos patriarcais busca torná-la uma dama de modo a ser digna de pertencer a seu clã “perfeito”. Assim, verificamos como as mulheres contribuem na introjeção e propagação dos valores misóginos na sociedade.

O conto é narrado por Ana Luísa que, já no início do seu relato, nos apresenta a convergência entre a percepção atual que tem de sua família e a internalizada durante sua

infância pelo discurso do dominante, a avó. “Tudo era harmonioso, sólido, verdadeiro. No princípio. As mulheres, principalmente as mortas do álbum, eram maravilhosas. Os homens mais maravilhosos ainda, ah, difícil encontrar família mais perfeita” (p. 29). O retrato familiar pintado pela avó ressalta a perfeição de sua linhagem, por isso, “não havia o medo. No princípio”, ao contrário das descobertas recentes quanto à verdadeira história de seus familiares apresentada por Margarida.

Por somente conhecer seus “heróis” através das fotografias do velho “álbum vermelho de cantoneiras de prata”, todos eram recobertos de mistério para a jovem, principalmente as mulheres da família, sobre elas sempre ficavam reticências. Sabia apenas que a tia Consuelo havia escolhido entrar para o convento, onde morreu pouco tempo depois. “[...] Muito sensível a pequena Consuelo, uma santinha” (p.31), quando, na verdade, só foi aceita no convento porque o dote havia sido bom, abrindo as portas com loucura e tudo, “[...] Consuelo chorava porque sentia falta de homem, ela queria homem e não Deus, ou o convento ou o sanatório.” (p.31); a tia Ofélia morreu meses após o casamento por ter confundido o vidro de magnésia fluida com o de veneno. Ela não desejava casar e, segundo a criada, essa tia de Ana Luísa “era louca ao contrário, tinha horror de homem, fugia espavorida do marido” (p. 37), optando por cometer suicídio como alternativa de livrar-se desta condição. A tia Bárbara foi comprar rendas e nunca mais voltou, “[...] era um pouco nervosa, a querida Bárbara” (p. 30). Esta, ao contrário das outras, vendo que suas vontades não seriam atendidas decidiu fugir com um padre jovem com quem teve seis filhos, entretanto, como todo ato de transgressão, as normas tiveram como consequência a ruptura com a família com a qual não manteve mais contato.

A violência simbólica praticada contra estas mulheres é imperceptível no sentido de sua naturalidade perante a ordem social, pois é resultado de “aspectos casi legítimos, casi morales y casi legales de la violencia psicológica [...], pues son ellos que prestan la argamassa para la sustentación jerárquica del sistema, [...] se infiltra y cubre con su sombra las relaciones de las familias más normales” (SEGATO, 2003, p. 7).

O que constatamos é que os métodos punitivos e reguladores das condutas femininas estão tão naturalizados na sociedade que nem chegam a ser vistos como uma prática violenta. Já a violência sexual cometida contra Ofélia demonstra o que muitas mulheres sofreram ao serem abusadas em suas relações conjugais, já que, durante anos, a sociedade inteira considerou que a mulher deveria ceder a uma relação sexual contra sua vontade, apenas para

satisfazer o desejo do companheiro. “Obrigação” legitimada e amparada pela lei no chamado débito conjugal, que esteve presente por anos no Código Civil.

Todas as mulheres da família estão marcadas pelo domínio da sociedade patriarcal, um domínio que visa à correção e o controle sobre suas condutas, inclusive com a contribuição das próprias mulheres para manter a permanência da submissão feminina. Heleieth Saffioti (1999), salienta que o papel violento da matriarca no núcleo familiar ocorre por esta ser destituída de seus direitos. A mulher passa a violentar seus filhos, geralmente o filho mais fraco que, possivelmente, será do sexo feminino, porque sofre do que ela chama de síndrome do pequeno poder. Ao praticar os maus tratos, a mulher o faz por delegação do chefe da família, pois a violência doméstica é de caráter masculino, assim, ela torna-se violenta no exercício do patriarcado.

No nosso caso em específico, os métodos disciplinadores violentos empregados pela matriarca às mulheres da família mantem a imagem da família perfeita e, portanto, a aceitação e o respeito social. Isso se dá por meio da manutenção dos valores que regem a sociedade patriarcal, ao respeitar a figura masculina, mesmo quando esta não está presente fisicamente. Como os ensinamentos rígidos fazem parte das famílias tradicionais, Ana Luísa também deveria seguir os ensinamentos da avó, assim como todos os mortos do álbum com seus corações espartilhados. O espartilho representa o controle do corpo das mulheres, de suas turbulências, expansão, ou seja, de um controle forçado de seus corpos, mas amplia-se no sentido de que todos da família, inclusive os homens, usavam o objeto que, simbolicamente, remete o preço que deve ser pago, a adequação e conformação às normas sociais.

As táticas disciplinadoras utilizadas pela matriarca à neta estão conjecturadas de acordo com a visão patriarcalista. Espera-se de Ana Luísa o cumprimento de seu destino de mulher: deveria ser amável, fazer higiene mental, manter-se virgem, casar e suportar a relação sexual mesmo não sentindo prazer.

No caso da amabilidade ou a pretensa feminilidade, temos duas pressões agindo sobre as mulheres: a de classe e a de gênero designada pela visão masculina. O objetivo de todo o jogo simbólico exigido das mulheres e transmitido pelas mesmas às outras é apenas reforçar o que historicamente é tido como *habitus* feminino, assim chamado por Bourdieu, uma vez que são seres vistos e tidos para os outros, lhes é cobrado simpatia, aparência impecável e corpos desejáveis. Como bem afirma:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança [...], ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros [...]. Delas se esperam que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 1999, p.41 - 42).

A matriarca, por estar inconscientemente ajustada às ideais masculinas, exige da neta condutas que correspondam a este *habitus* feminino criado pelo e para os homens e tão prezado por algumas mulheres. Deste modo, a amabilidade exigida da neta tem por finalidade a conquista do próximo, Ana Luísa deveria ser gentil e dizer “uma ou outra palavra amável”, elogiar deixando para trás comentários do tipo “menina encantadora!”. A jovem sente a necessidade de se adequar para ser aceita, dessa forma, “[...] precisava ser encantadora [...] amar o próximo, ou melhor, ao fazer com que o próximo acreditasse nesse amor. Recebia em troca um juízo favorável e era nesse juízo que me sustentava” (p. 43).

A internalização do discurso masculino por parte da avó é evidente, a subordinação feminina é percebida como algo natural, já que ela considera que o casamento é o único meio de segurança da mulher: “‘Não quero fechar os olhos antes de deixá-la em segurança’, costumava dizer. E segurança era ter um marido” (p.53). Ensinando-lhe ainda que:

[...] Raríssimas mulheres sentem prazer, filha. O homem, sim. Então a mulher precisa fingir um pouco, o que não tem essa importância que parece. Temos que cumprir nossas tarefas, o resto é supérfluo. Se houver prazer, melhor, mas e se não houver? Ora, ninguém vai morrer por isso (TELLES, 1999, p.52).

O corpo feminino é claramente descrito como um objeto de satisfação do marido. Além disso, tinha por obrigação manter-se virgem, uma vez que seu valor consistia na juventude e manutenção de sua pureza, “a virgindade. As jovens se dividiam em dois grupos, o das virgens e o grupo daquelas que não eram mais virgens, onde estava Margarida - uma agressão direta à família.” (p. 53).

O desprezo aos desejos das mulheres por parte da matriarca está estruturado em conformidade com a visão dos dominantes, bem como o preconceito contra elas por não se manterem “puras”. Segundo Bourdieu:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto - depreciação ou até auto desprezo sistemático, [...] na visão que inúmeras mulheres têm [...] de maneira mais geral, em sua adesão a imagem desvalorizada da mulher (BOURDIEU, 1999, p.23).

Sendo assim, a dominação masculina, vigorada pelas mulheres, encontra-se estritamente ligada às práticas de violência simbólica. As mulheres estão sempre sendo definidas a partir do prisma da visão masculina, portanto, “o problema é a diferença vista como sendo da mulher em relação ao homem. É o modo pelo qual a diferença é apreendida e tratada como imperativa e essencial” (FUNCK, 2011, p.69). A partir deste ponto de vista, as mulheres que não seguem os padrões comportamentais estabelecidos a seu gênero tornam-se alvos de classificações pejorativas do tipo desfrutável, *detraquês*, como Margarida, tia Jane, Dulce e Rosana (afilhada e irmãs da matriarca), todas mulheres que fugiram à regra. “[...] veja, querida, essa sua tia Rosana. Borboleteou tanto e agora inventou de ser poetisa só para chamar a atenção, coitada. Poemas eróticos, imagine. Olhem para mim! Ela quer dizer. Encalhou e fica fazendo onda, estou em pleno mar!” (p.53). Percebemos aqui a presença de vocábulos pejorativos, que são internalizados e praticados também pelas mulheres, as quais não percebem que esta prática somente visa denegrir, diminuir e reforçar a submissão feminina perante os homens.

Sandra Azeredo (2007), ressalta que este tipo de preconceito contra a mulher apoia-se nas várias imagens femininas. Segundo a estudiosa, há dois tipos de “mulher de verdade” no Brasil, cujas imagens que compõem o cenário cultural do preconceito contra a mulher, em nossa sociedade, estão centradas na dicotomia fundamental santa/virgem e puta, amparadas pela visão falocêntrica que:

[...] baseada na instituição da heterossexualidade (heterossexualidade compulsória) e na competição: a dicotomia entre a santa/virgem e a puta [...] tomam com referência o homem - pai, provedor, viril, que não se satisfaz sexualmente apenas com sua esposa e não controla o próprio desejo sexual, não admitindo que ela faça o mesmo, inclusive porque a esposa ocupa o lugar de santa/ virgem na dicotomia estabelecida com a puta (AZEREDO, 2007, p. 23).

Deste modo, o protótipo que sustenta este preconceito está diretamente ligado ao tripé mãe/dona-de-casa, pai/provedor e outra/puta. Tais imagens constituem nossa base social, portanto, qualquer conduta feminina avessa à ordem e ao pensamento instituído em nossa sociedade converte-se em motivo para agredi-las verbalmente. Como bem salienta a

estudiosa, o processo do preconceito começa quando estas imagens são “plantadas” em nossas mentes por meio de um processo de apropriação de discursos e palavras que já possuem um sentido, mas que só fará sentido para mim quando me apropriar destas palavras, o que “envolve sujeição ao sentido que as palavras têm para as outras pessoas” (AZEREDO, 2007, p. 29), antecessoras a mim.

O problema encontra-se no uso de vocábulos pejorativos para agredir as mulheres, linguagem baseada nas imagens femininas tidas como “inferiores”. Desse modo, todas as mulheres, inclusive as designadas por tais termos, estão sendo cotidianamente agredidas por uma ordem social que as classifica a partir do interesse masculino. Segundo Azeredo, grande parte das mulheres que procuram a delegacia de mulher relata que os companheiros, em decorrência do ciúme, as chamam de putas, mesmo elas não possuindo uma relação extraconjugal:

[...] grande parte das mulheres atendidas no Setor de Psicologia da Delegacia da Mulher de Belo Horizonte considera que o pior tipo de violência é justamente serem chamadas de puta por seus companheiros, o que indica sua identificação com a dicotomia que produz o preconceito contra elas próprias, na medida em que não conseguem criticar essa dicotomia e a aceitam como algo natural. Um dos aspectos mais cruéis do preconceito é justamente essa naturalização e identificação com as ideias que o produzem e perpetuam por parte das próprias pessoas que o sofrem (AZEREDO, 2007, p. 25).

Em um contexto mais geral, o preconceito contra a mulher funciona como uma forma de controle sobre seus corpos e sua sexualidade. A violência simbólica praticada coletivamente tende a renovar e a propagar com força, em todos os níveis estruturais da sociedade, o discurso masculino que tem como principal finalidade manter assegurado o direito do homem de fala, de dominação e de opressão ao sujeito feminino. E, como a raiz do pensamento da nossa sociedade está contaminada pela ideologia patriarcal, o preconceito feminino contra a mulher, com base na dicotomia santa/puta, tende a definir as mulheres em função dos homens que, por sua vez, estimulam a competição entre elas.

Marilena Chauí (1984), sobre o que ocasiona a prática da violência das mulheres umas contra as outras, ressalta que

[...] a presença-ausência do elemento masculino determina o jogo dos conflitos fundamentais que tendem rumo à violência_ desde a competição mãe-filha, sogra-nora, esposa - a “outra” pelo mesmo amor, até a disputa de competência entre patroa e empregada na administração do espaço doméstico. O curioso, porém, é que o

homem pareça ser o *objeto* dos conflitos e das violências quando é efetivamente o *sujeito* delas, graças à sua invisibilidade - expressão feita, é claro, à relação esposa-a “outra” - pois, são raros os conflitos e violências nos quais as expectativas e ideias masculinas sejam invocadas. Tendo a “subjetividade” das mulheres sido feita pelo ideário masculino (isto é, com o silêncio das mulheres), o “ser” mulher carrega consigo o desejo, fantasias, fantasmas, ficções e mando masculinos, de sorte que, empiricamente, os homens podem permanecer ausentes nas várias relações entre as mulheres, pois permanecem presentes de modo imaginário e simbólico (CHAUI, 1985, p. 52).

Deste modo, o discurso masculino que incide sobre o corpo e a sexualidade da mulher, e que instiga o preconceito e a violência verbal contra elas, tem como condição de possibilidade o seu *silenciamento*, pois “tais discursos masculinos não se contrapõem a discursos ‘femininos’, já que são produzidos e proferidos tanto por homens quanto por mulheres.” (IZUMINO, MECDOWELL, 2014, p. 2). A violência simbólica praticada entre mulheres esconde, em seu bojo, o resultado de uma alienação que as fazem competir pelo e pela aceitação do homem, fazendo-as desrespeitar e restringir as possibilidades de experiências que possam vivenciar, simplesmente porque os homens as designaram como impróprias às mulheres.

As mulheres, ao praticarem violência umas contra outras, agem como cúmplices da violência que sofrem, pois contribuem para a permanência da dominação masculina, havendo “violência recíproca porque cada uma delas só parece existir como sujeito se a outra for uma coisa” (CHAUI, 1985, p. 53).

A violência praticada entre as personagens femininas é nítida, principalmente pela matriarca. Os tipos de classificação entre elas apenas estimulam a competição que também se vincula às categorias sociais de classe e raça. Este tipo de relação hierárquica entre as próprias mulheres tem influência da visão masculina, pois são os homens que lhes atribuem valor constantemente, as classificando como superiores ou inferiores umas às outras. Fatores sociais externos como o de classe e raça influenciam significativamente nesta competição. Margarida, agregada e afilhada da genitora, representa a mulher triplamente discriminada pela sociedade, por ser de classe marginalizada; de raça por sua principal marca de distinção, se fazer evidente em sua cor e a de gênero, por ser mulher. Deste modo, evidenciamos a posição subalterna da adolescente, assim como de muitas mulheres que têm a desigualdade de sua condição feminina ampliada na sociedade por estes fatores. Segundo Rita Segato:

El paralelismo entre el racismo automático y el sexismo automático, ambos sustentados por la rutinización de procedimientos de crueldad moral, que trabajan

sin descanso la vulnerabilidad de los sujetos subalternos, impidiendo que se afirmen con seguridad frente al mundo y corroyendo cotidianamente los cimientos de su autoestima, nos devuelve al tema del patriarcado simbólico que acecha por detrás de toda estructura jerárquica, articulando todas las relaciones de poder y subordinación. La violencia moral es la emergencia constante, al plano de las relaciones observables, de la escena fundadora del régimen de status, esto es, del simbólico patriarcal (SEGATO, 2003, p. 12).

Neste sentido, por conta das categorias “classe” e “raça”, a matriarca e Ana Luíza acham-se no direto de restringir a Margarida a possibilidade de aprender. De acordo com a primeira, “Essa menina já está parecendo uma intelectual. Quanto mais souber, mais infeliz será” (p.39). Outro exemplo do preconceito, agora de raça, é quando namora um rapaz que não pertence a sua realidade, e a madrinha afirma que “Ele é branco, querida. De família importante. Eu seria uma criminosa se consentisse nesse namoro”, e Ana Luísa ao dizer: “[...] você vai arrumar um outro namorado que seja assim da sua cor, presta atenção na sua cor” (p.36), justificativas usadas para cercear suas experiências.

Entretanto, Ana Luísa também sente sobre si o peso do preconceito quando, naquela “noite negra da rebelião”, Margarida, em um acesso de fúria, além de contar os podres da família, ainda revelou que a mãe da jovem era judia. A partir deste momento, Ana Luísa entende certos silêncios, a insistência de sua avó em salientar sua semelhança com o pai, ao mandá-la abreviar o F do sobrenome da mãe, Ferensen, com um ponto e certos comportamentos da avó como a escolha das pedras do jogo de xadrez: “as pretas eram sempre as minhas” (p. 44).

Depois desta descoberta, Ana Luísa passa a temer a avó, assim como seus heróis desmoralizados por Margarida. “Gente insegura. Sofrida” que teria amado muito mais do que as descritas pela avó, porém “[...] tive medo ao descobrir o medo alheio” (p. 32), medo que recaia principalmente sobre as mulheres, “[...] Descobri que as mulheres do álbum estavam tão apavoradas quanto eu. A respiração curta. A expressão desconfiada na expectativa” (p.40). Condição que passou a ser percebida por sua opressora “[...] Chego a pensar que você está com medo de mim. Por que esse medo?” (p. 45).

Todavia, mesmo depois de todas as mudanças desencadeadas após a descoberta, Ana Luíza passou a ter conflito de identidade, não era mais a mesma, seguir os ensinamentos não tinha mais o mesmo sentido. A partir deste momento, ela passa a refletir sobre suas condutas, “[...] Tão segura eu me sentia sendo simpática, cordial. Fácil a hipocrisia. Tão fácil a vida” (p. 42), o cálculo que antes vinha mascarado pela gentileza de “[...] Dizer o que as pessoas

esperam ouvir, fazer (ou fingir que fazia) o que as pessoas queriam que eu fizesse. Já nem sabia mais quando era sincera ou quando dissimulava, de tal modo me adaptava às conveniências”(p. 42). Estes momentos de autocrítica a fazem perceber as forças da dominação presente nas ações que antes praticava.

A narradora nos remete à mulher em transformação. Inicialmente, Ana Luísa tem sua identidade forjada pela avó, no sentido em que tenta transformar-se no ideal de mulher por ela preconizado, o que corresponde ao masculino. Neste momento, a jovem espelha-se em sua avó. Posteriormente, com as revelações, atravessa um período de autocrítica e de medo intenso da avó, porém não nega mais sua descendência judia, sendo o medo usado para representar a sua parte mestiça. Enfim, sua verdadeira identidade aflora, neste momento não teme mais a avó, sente-se esperançosa e livre. Liberdade e esperança conquistadas após seu rápido relacionamento com Rodrigo, “[...] O amor me levantou no ar e me sacudiu e me revelou inteira. Fiquei flutuante em meio dessa mudança que me revolucionou” (p. 61).

Ao contrário do que aconteceu com Ana Luiza, sua avó continuará presa ao corpo disciplinado, no sentido de continuar agindo em sintonia com os padrões sociais pré-determinados por “tratar-se de um corpo previsível, uma vez que ser previsível é tanto o meio quanto o resultado final das regras impostas” (XAVIER, 2007, p. 58), tão enraizadas que não consegue despir-se delas chegando mesmo a sentir-se mal sem a presença da disciplina representada fisicamente pelo espartilho: “Não filha. Eu me sentiria pior sem ele” (p. 64). A atitude da matriarca nos faz refletir sobre o comportamento e discursos de algumas mulheres, que descriminam as outras e continuam a valorizar a ordem social patriarcal. Muitas destas ideias foram há séculos instituídas e ainda continuam sendo transmitidas, por isso, nós mulheres também contribuímos para nossa submissão.

Mulheres como Ana Luísa, que não reproduzirão as práticas da avó, pois não se rendem às normas e aos estereótipos, são as que possibilitam engatinharmos para a mudança da condição feminina na sociedade. Como bem demonstra sua ação ao fim do conto, “Abri a janela. O céu estava palpitante de estrelas. Respirei de boca aberta o hálito da noite: logo iríamos amanhecer!” (p. 62), a janela, o céu e a boca (que remete a seu corpo) simbolizam sua mudança e sua liberdade. Ela não usará espartilho, será uma mulher com o corpo liberado. Segundo Elódia Xavier, são “mulheres que passam a ser sujeitos da própria história, conduzindo suas vidas conforme valores redescobertos através de um processo de autoconhecimento” (XAVIER, 2007, p. 169).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa atentou para como a violência de gênero, com ênfase na simbólica, praticada no universo social e no âmbito das relações interpessoais tende constantemente a alienar e manter as mulheres à revelia de normas, padrões e modos de vida que condizem com o ideal masculino, naturalizados e amparados em uma ordem social que visa por meio da violência manter a dominação masculina.

No capítulo inicial, discutimos como as desigualdades entre homens e mulheres se instauram e são perpetuadas no meio social. Através dos estudos de Segato e Bourdieu, fomos capazes de evidenciar como as formas de violência, principalmente a simbólica, favorecem a manutenção da submissão feminina na sociedade. Enfatizamos dos estudos de Segato, como se constroem as desigualdades dos gêneros e como a violência contra a mulher é uma tática covarde utilizada pelos homens para se manterem hierarquicamente “superiores” às mulheres. Com Bourdieu, podemos salientar como a dominação masculina, incorporada nos núcleos de interação social, visa sustentar a submissão feminina, deste modo, vimos em ambos o funcionamento da violência simbólica. Ao explorarmos esta temática nos contos, fomos capazes de expor os implícitos da violência simbólica que favorecem tanto a manutenção da dominação masculina, da violência, quanto do preconceito contra a mulher.

Como bem demonstrou Constância Duarte, as lutas feministas foram enriquecedoras para as mulheres, pois deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas; abriram novas portas e possibilidades de vida e experiência; levantaram informações; apontaram lacunas e problemas ao contabilizarem estatisticamente as desigualdades entre mulheres e homens, falarem do cotidiano, da família da sexualidade e dos sentimentos femininos. Quanto à violência de gênero, batalharam pela aprovação de leis que punissem os agressores, mas que auxiliassem as mulheres em situação de violência a liberar-se dos malefícios advindos desta condição, mesmo que esta segunda parte ainda esteja sendo aplicada de forma inadequada pelos órgãos.

A inserção do conceito de gênero no debate sobre a condição da mulher na sociedade favoreceu a ampliação dos olhares quanto às identidades femininas e masculinas estáticas e imutáveis que a sociedade patriarcal sustenta. A desconstrução dos estereótipos é, com

certeza, fator potencial para a desestabilização da hierarquia e desigualdade entre os gêneros. Ao se promover o diálogo da literatura de autoria feminina com estas áreas do conhecimento, a sensibilidade crítica das escritoras nos permite expandir significativamente o debate e a conscientização quanto à opressão do sujeito feminino numa sociedade que ainda apresenta um profundo preconceito contra a mulher e que acaba cominando nas várias formas de violência simbólica, física, sexual e no feminicídio.

Nos dois capítulos subsequentes, ressaltamos como as obras de Nélide Piñon e Lygia Fagundes Telles demonstram as diversas fases por que passaram as representações femininas, indo da mulher introspectiva, que apenas sonha com a liberdade e a transgressão imageticamente; tem-se também as que já possuem esta aparente “liberdade”, mas que ainda se sentem presas a padrões sociais e mesmo os sustenta e transmite; até chegarmos a uma que, enfim, desvencilha-se das amarras e padrões sociais, e busca viver sua liberdade.

No conto “I Love My Husband”, de Piñon, vimos uma mulher alvo da violência simbólica e que assimila submissão, pois a disciplina constante a faz atender aos desejos do pai: viver constantemente para satisfazer o marido e agir de acordo com os costumes valorizados pelo senso comum. Em “O Espartilho”, de Telles, observamos o papel da mulher como agente e propagador da violência contra o gênero feminino; temos consciência que as mulheres, mesmo que inconscientemente, contribuem para a dominação masculina que sofrem. A matriarca da família Rodrigues, ao impor à neta Ana Luísa uma disciplina pautada nos valores patriarcais, vale-se da violência simbólica para oprimi-la, também existe a imposição às demais mulheres da família para que cumprissem o destino de mulher, nem a agregada Margarida escapa da violência, nem a própria matriarca. Todas essas mulheres são vítimas de uma estrutura social que, amparada na visão masculina, amplia a submissão feminina e conduz as mulheres à autodepreciação do seu gênero, ao praticarem a violência de gênero contra seus iguais.

[...] só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 1999, p.54).

Entretanto, Ana Luísa rompe com as normas e os preceitos pregados pela sociedade patriarcal, sustentados e impostos por sua avó, para representar as mulheres transgressoras que buscam constantemente se desvencilhar de uma ordem opressora ao gênero feminino. O

ato transgressor de não sucumbir às regras masculinas impostas ao gênero feminino é, com certeza, o que abre portas para as mulheres conquistarem novos espaços. Libertar-se de preconceitos conferidos a seu gênero é o que favorece o crescimento pessoal e promove uma nova realidade às mulheres que estão por vir.

Concluimos salientando que a literatura pode influenciar, através da reflexão, a mudança de comportamentos estabelecidos como sendo de mulheres e de homens, pois a escrita feminina traz com sensibilidade temas que promovem uma ruptura com os valores androcêntricos impostos. Deste modo, a importância deste trabalho consiste na ampliação de abordagens de ensino que visam à reflexão, ao debate e à desestabilização dos preconceitos históricos de cunho sexista, explorados com tamanha maestria, riqueza estética e cultural nas obras das escritoras brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/lygia-fagundes-telles/biografia>. Acessado em 12 de fev. de 2016.

_____. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/nelida-pinon/biografia>. Acessado em 12 de fev. 2016.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a “mulher”**: diferenças, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Lex – Coletânea de Legislação e Jurisprudência: edição federal. Brasília, 2006.

_____. **Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015**. Alterou o Código Penal e a Lei nº 8.072/90. Presidência da república. Brasília, 2015.

_____. **Pesquisa sobre a Percepção da sociedade sobre violência e assassinato de mulheres**. Data Popular e Instituto Patrícia Galvão. São Paulo, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre mulher e Violência. In: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V.C., HEIRBORN, Maria Luiza (orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. São Paulo: Zahar Editores, 1985, p.25 - 62.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. v.17, n. 49, p. 151-172, set/dez, 2003.

_____. Gênero e violência na literatura afro brasileira. **Literoafro**. Belo Horizonte: UFMG. s/d. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/>> . Acessado em: 20 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNCK, Susana Bórneo. “O que é uma mulher?”. **Cerrados**, Brasília, Pós-Graduação em Literatura, 2011, v. 20, n. 31, p. 65-74.

GOMES, Carlos Magno. Paródia e Questionamento Social em Nélida Piñon e Lya Luft. **Revista Estação Literária**, Londrina. v. 9, p. 238-249, jun. 2012.

_____. Marcas da violência contra a mulher na literatura. **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro. v. 13, p.1-11, jul. 2013.

_____. **Ensino de Literatura e Cultura: do resgate à violência doméstica.** Jundiaí, Paco editorial: 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade/** Stuart Hall. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro -11. ed. –Rio de Janeiro: DP& A. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.

MACHADO, Lia Zanota. **Feminismo em movimento.** São Paulo: Francis, 2010.

NARVAZ, Martha Guidice- KOLLER, Sílvia Helena. “Família e Patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa”. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.49-55, 2006.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, São Paulo; Campinas, v. 37,p.1-28 ,2011.

PASINATO, Wânia. Oito anos de lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, jul./dez., 2015.

PIÑON, Néida. **O calor das coisas.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

SAFFIOTI, Heleith. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, v.13, n. 4, p. 82-91, out/dez. 1999. Disponível em: [http: <www.seade.gov.brprodutossp/v13n04/v13n04_08.pdf>](http://www.seade.gov.brprodutossp/v13n04/v13n04_08.pdf). Acesso em 15 dez.2014.

SANTOS, Cecília MacDowell - IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra a Mulher e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Brasília, v. 16.1, p. 147-167, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do Gênero na Antropologia e para além dela. In: **Serie Antropologia**, Brasília, p.01-22, 1998. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie236empdf.pdf>>. Acessado em 15 de fev. de 2016.

SEGATO, Rita Laura. La Argamasa Jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. In: **Serie Antropologia**, Brasília, p. 01-25, 2003. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie332empdf.pdf>>. Acessado em 19 de fev. de 2016.

_____. Las estructuras elementales de la violencia: contrato y status em la etiologia de la violencia. In: **Serie Antropologia**, Brasília, p. 01-19, 2003. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie334empdf.pdf>>. Acessado em 01 mai. de 2015.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez.1995, p.71-99.

TELLES, Lygia Fagundes. **A estrutura da bolha de sabão.** Rio de janeiro: Rocco, 1999.

WITTG, Monique. **O Pensamento Hétero**. 1980. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O=pensamento+Hetero_pdf.pdf> . Acessado em: 10 jan. 2016.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

ZOLIN, Lúcia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. In: **Revista Ipotesi**, Juiz de Fora. v. 13, n. 2, p. 105-116, 2009.